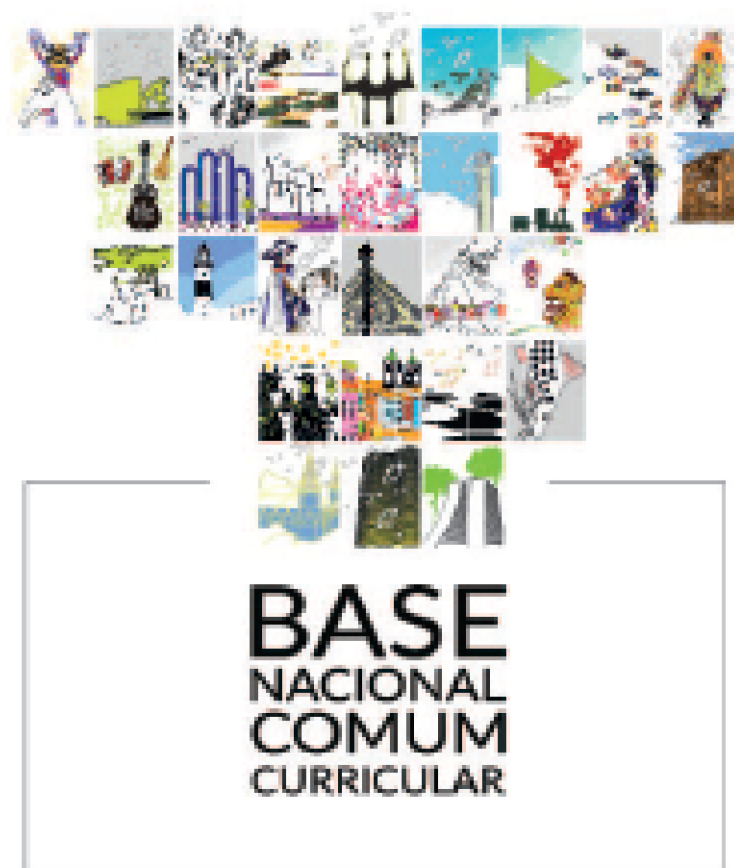




PARECER SOBRE O DOCUMENTO PRELIMINAR DA BNC

Proponente: Marcia Paraquett (UFBA)

I- SOBRE A ESTRUTURA DO DOCUMENTO

A estrutura do documento (texto da área, texto da área nas etapas do ensino fundamental anos iniciais, anos finais e ensino médio, texto do componente, objetivos de aprendizagem por ano de escolarização) favorece a compreensão da proposta?

Minha resposta: A estrutura do documento segue um modelo corrente, mas inova no que chama de “objetivos de aprendizagem por ano de escolarização”, embora tema que não tenha sido muito feliz ao fazer essa escolha. Observe-se que o documento se refere a “objetivos” em duas situações diferentes. No Sumário se lê que, na página 31, serão apresentados os “objetivos de aprendizagem da área de linguagens na educação básica”; na página 34, os “objetivos de aprendizagem do ensino fundamental” e na página 36 os “objetivos de aprendizagem do ensino médio”, quando, de fato, são listados os objetivos que precisam ser atendidos nas diferentes etapas de aprendizagem. No entanto, quando o documento se refere especificamente aos componentes curriculares, o sentido de “objetivos” se modifica, materializando-se em propostas de conteúdos/atividades: nas página 94 e 100 se apresentam listas de atividades que seriam, segundo o documento, adequadas ao ensino fundamental e médio do componente Línguas Estrangeiras Modernas.

Vejo aí dois problemas: o primeiro seria a confusão que faz o documento com a palavra “objetivos”, dando-lhe dois sentidos: ‘metas’ a serem alcançadas e ‘conteúdos’ a serem aplicados. O segundo problema, mais grave, consiste no fato do documento diretamente propor atividades fechadas para cada componente, sugerindo, dessa forma, que o professor acate o sequenciamento sugerido e abandone sua capacidade criativa e as necessidades que surgirão em cada aula, propostas pelas situações de interação criadas. Minha sugestão é dar nomes diferentes às duas etapas, chamando de “objetivos” o que de fato é objetivo, mas dando o nome correto à segunda etapa (atividades/conteúdos), ou eliminando-a, o que seria muito mais adequado, porque o documento não manteria o aspecto prescritivo que acabou criando, pelo menos em algumas séries.

A – Princípios orientadores da BNC (p.8): embora sejam muito pertinentes, me permito fazer algumas observações e propor sugestões que podem melhorá-los.

Por se tratar de um documento que pretende estabelecer uma Base Comum Curricular a um país de dimensão cultural tão variada como é o Brasil, seria interessante entendê-lo como espaço político e cultural da América Latina, pois nossas fronteiras e nossa história definiram perspectivas que nos fazem um conjunto cultural próprio, ao modelo de outras comunidades, como a europeia. Esse posicionamento também nos fortaleceria diante de possíveis políticas hegemônicas, advindas de outros territórios, que apagam, intimidam ou silenciam nossas idiossincrasias.

Será necessário se valer de um conceito de Cultura que ultrapasse a ideia de “fruição” e “prazer”. Assim como será preciso diferenciar a ideia de cultura no seu sentido antropológico da de produção estética, ou seja, artes. No entanto, que se ressalte que a produção estética (literatura, pintura, música etc) é cultura e reflete a cultura. Não se sugere, portanto, que se elimine essa relação, mas que se mostrem as diferenças que as constituem.

Por outro lado, não se pode mais falar de Cultura sem se discutir a concepção de Interculturalidade, pouco presente no documento, embora seja uma perspectiva tão contemporânea nos estudos das linguagens e das ciências humanas, não só no Brasil como em diversos países. Observe-se que na subdivisão dos componentes curriculares em campos de estudos (“práticas da vida cotidiana; práticas investigativas; práticas político-cidadã; práticas do trabalho”), as práticas interculturais só aparecem no 7º ano, quando deveria perpassar por toda formação do estudante. E, se observarmos com atenção, nos daremos conta de que há uma grande distância entre as perguntas sugeridas (**Quem é o outro e o que nos une? / Como compreendo o meu espaço e os espaços de outros? / O que a gente compartilha?**) e as atividades propostas (**escutar e dizer textos da tradição oral na língua estrangeira (canções, poemas [...]) apreciando valores estéticos, compreendendo ideias centrais e apropriando-se de elementos de pronúncia, entonação e ritmo**). Seria preciso perguntar, de que maneira se responderiam às perguntas de caráter interdisciplinar, valendo-se de atividades que ressaltam aspectos tão diferentes? Temo que não seja possível.

Com base no exposto, sugiro a seguinte alteração de redação para o **primeiro** princípio:

Texto original: Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo, social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos.

Texto sugerido: Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo, social **e cultural**, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro **numa postura intercultural**, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, **sexualidade**, condição física ou social, convicções ou credos.

O **quinto** princípio pode estender a ideia de espaço ao continente latino-americano. E, no meu ponto de vista, o aspecto econômico sobra, devendo ser retirado. Sugiro a seguinte redação:

Texto original: Situar sua família, comunidade, nação **relativamente** a eventos históricos recentes e passados, localizar seus espaços de vida e de origem, em escala local, regional,

continental e global, assim como **cotejar** as características **econômicas** e culturais regionais, brasileiras com as do conjunto das demais nações.

Texto sugerido: Situar sua família, comunidade e nação a eventos históricos recentes e passados, localizar seus espaços de vida e de origem, em escala local, regional, **nacional**, continental e global, assim como **compreender** como valiosa a **diversidade cultural** regional, brasileira **e latino-americana**, cotejando-a com a do conjunto das demais nações.

Na p.10, lê-se que esses direitos serão garantidos quando os sujeitos da educação básica dispuserem de condições, entre outras, para “**a vivência da cultura como realização prazerosa**”. É evidente que cultura está sendo entendida como produção estética (literatura, música, cinema, pintura etc), que também o é. Mas se queremos imprimir a ideia de cultura no seu sentido antropológico, ou seja, como formas de vida, no meu ponto de vista o texto está equivocado. Sugiro as seguintes redações: **a vivência da diversidade cultural como sendo natural e valiosa ou a vivência das culturas como realização espontânea**. Nesse caso, se incluiria um item que ressaltasse o sentido de cultura como produção estética. O texto poderia ser: **a vivência da produção estética como realização prazerosa**.

B – Princípios, formas de organização e conteúdo (p.13)

Ressalte-se a importância do documento estar entendendo a aprendizagem e o desenvolvimento como direitos de todos, conferindo aos componentes curriculares escolhas adequadas às suas especificidades. No entanto, por se considerar que há diversas variantes que afetam essas escolhas, a Base Comum não poderá limitar a parte diversificada, quando os componentes curriculares deverão ser muito livres, o que impede qualquer tentativa de prescrição.

Os “doze direitos” (p.13) a que se refere o documento são, na verdade, os princípios já comentados no item anterior, quando sugeri algumas modificações que entendessem como relevante adotar: **a) a concepção de cultura como formas de vida; b) a perspectiva intercultural nas atividades a serem propostas; c) a inclusão de outras identidades como a das sexualidades; d) e a identificação política e social com a América Latina, extrapolando o espaço territorial a que pertencemos**.

Ressalte-se, ainda, como aspecto positivo do documento a integração entre os componentes através de “temas integradores” (p.14), privilegiando-se uma perspectiva interdisciplinar. No entanto, entendo que os cinco temas escolhidos (**Consumo e educação financeira; Ética, direitos humanos e cidadania; Sustentabilidade; Tecnologias digitais; culturas africanas e indígenas**) não dão conta das necessidades de nossos estudantes, assim como são demasiadamente amplos e específicos aos componentes, dificultando seu aprofundamento e a harmonia entre os temas. Apenas para citar um exemplo, o primeiro tema (consumo e educação financeira) não pode ser visto fora do segundo (ética, direitos humanos e cidadania), assim como não vejo como salutar, deixar as culturas africanas e indígenas como tema específico, como se estas não tivessem que ser vistas como parte integrante das identidades brasileiras. Essa escolha revela a falta de perspectiva intercultural que predomina no documento, quando as diferenças devem ser entendidas como integradoras do que somos. Somos o conjunto das diferenças que nos constituem. Em síntese, a definição desses temas precisa ser melhor discutida e como sugestão, encaminho algumas ideias nucleadoras que ficaram ausentes, mas que no meu ponto de vista são essenciais, tais como: **Identidade; Interculturalidade; Interação; Pluralidade; Qualidade de vida; Tradição; Contemporaneidade; e mesmo Linguagens e Letramento**. Esses termos nucleadores podem contribuir para a

redefinição dos temas integradores, de forma que deixem de ser menos disciplinares para ser mais interdisciplinares.

É preciso observar que o documento mantém uma posição ultrapassada quando define a Área de Linguagens como aquela que “trata dos conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em **práticas de linguagem**, em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas” (p.29). Seria preciso perguntar se nas demais áreas (Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas), os componentes curriculares não precisarão “mobilizar e ampliar recursos expressivos, para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação”? Ou mesmo, “compreender como o ser humano se constitui e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos” (p.29)?

No meu ponto de vista, já está claro que o papel de todos os componentes curriculares da educação básica é contribuir para a produção e compreensão de sentidos. Produção e compreensão de linguagens, portanto. Esses sentidos serão mais ou menos especificados de acordo com o foco de cada componente, mas não posso conceber que a área de Matemática, por exemplo, não precise ensinar/aprender linguagens, entendida aqui como as diversas (quase infinitas) maneiras, através da qual nos expressamos e entendemos a expressão do outro.

Esse equívoco explica, de certa forma, a escolha dos temas integradores do documento, quando ficou parecendo que “consumo e educação financeira” seria de responsabilidade da área de Matemática; os “direitos humanos” das áreas de Linguagem e Ciências Sociais; e a “sustentabilidade” da área de Ciências da Natureza.

Como sugestão, encaminho os seguintes temas integradores:

1. Letramento e formação da cidadania;
2. Linguagens e interação sociocultural;
3. Ambientes e qualidade de vida;
4. Ética e diversidade sociocultural;
5. Sociedades, tecnologias e inclusão social.

II - SOBRE O CONTEÚDO DOS TEXTOS (DE ÁREA E COMPONENTE) APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE LINGUAGENS E DO COMPONENTE PARA O QUAL ESTÁ ELABORANDO PARECER

2.1- Tratamento do componente no texto que apresenta a área de Linguagens.

. A estratégia de construir um texto de apresentação da área de Linguagens, definindo objetivos gerais desta área para a educação básica, é adequada e pertinente?

Minha resposta: Construir o texto de apresentação é sem dúvida uma estratégia importante. No entanto, há problemas que precisam ser revistos, o que respondo no item abaixo.

. O componente para o qual está elaborando parecer é contemplado de forma adequada e

pertinente no texto que apresenta a área de Linguagem?

Minha resposta: Há problemas como o já discutido acima, que consiste no equívoco de se atribuir à área de Linguagens a responsabilidade da leitura e do conhecimento de linguagens. Como já se discute há muito tempo, todas os componentes curriculares da educação básica trabalham com linguagens, entendida aqui como materialização de sentidos. Além desse problema, cabe a todos os componentes a responsabilidade no letramento dos aprendizes. Não me parece correto que se afirme que “cabe à área de Linguagens assegurar o direito à formação de sujeitos leitores e produtores de textos que transitem com confiança pelos formas de registro dos diversos componentes curriculares salvaguardando suas singularidades, e pelas políticas de linguagem que se dão no espaço escolar...” (p.30). Ora, essa é uma responsabilidade de todos os componentes curriculares da educação básica, pertençam eles a que área for. Essa responsabilidade é da escola em seu conjunto, pois é exatamente pelo letramento que se constitui a interdisciplinaridade.

Outro problema que vejo está no uso do conceito de “língua adicional” (p.30, 93), conceito ainda pouco difundido e que poderá confundir ou desorientar os professores acostumados com a nomenclatura de língua estrangeira, utilizada nos demais documentos nacionais, inclusive na LDB em vigência. Sugiro sua substituição em todo documento.

Ainda na p.30, verifico o uso de “expressão” e “interação”, quando se refere à abordagem dos conhecimentos inerentes à área. No entanto, entendo que “interação” seria suficiente, pois abarca a “expressão” e a “escuta”, termo que acabou ficando ausente. Aliás, no item seguinte (Objetivos), falou-se em “recepção” e “produção”. Não seria adequado uniformizar os termos?

Não fica clara a intenção do texto quando se refere aos critérios que definem a progressão do conhecimento da área de Linguagens (p.30). Por que se diz que resultariam da relação entre os textos ou elementos pertinentes às linguagens da **Arte** e da **Educação Física**? Onde ficaram as linguagens em língua estrangeira ou portuguesa?

O documento acerta quando sugere os temas que seriam relevantes à área (identidades e interculturalidades, modos e processos de subjetivação, tecnologias de informação e comunicação, ciências, culturas e patrimônio, relações étnico-raciais, ambiente e sustentabilidade, lazer e trabalho) (p.31), mas nunca é muito observar que eles são relevantes para todos os componentes e não particularmente à área de Linguagens. Esses temas bem que poderiam ter orientado a definição dos temas integradores, sugeridos na primeira parte do documento e já observados por mim.

. A definição dos objetivos da área de Linguagens para a educação básica contempla, de forma adequada e pertinente, o componente para o qual está elaborando parecer?

Minha resposta: Os objetivos apresentam questões importantes, mas merecem alguns comentários. O **primeiro** acerta porque prevê a “interação” e porque fala em “recepção” e “produção”, mas se vale de dois adjetivos com o mesmo peso: “expressivos” e “comunicativos”. Por que a redundância? Sugiro eliminar “comunicativos” e ficar com “expressivos”.

O **segundo**, embora também seja relevante, fala apenas em “produção”, mas sugere entre

parênteses, que o aprendiz identifique quem produz aquela linguagem, assim como para quem teria sido produzida, o que já afetaria a “recepção”. Assim como confunde “oralidade” com “oral”. Portanto, sugiro que o objetivo se modifique, e minha sugestão de redação seria: **Reconhecer as condições de produção e recepção das práticas de linguagem [...] materializadas em gêneros que se expressam de forma oral, escrita, nas linguagens artísticas e na cultura corporal do movimento.**

O **terceiro** destaca a importância da reflexão no processo de produção e recepção de linguagens. Portanto, é também relevante.

O **quarto** se refere a um aspecto muito importante: a necessidade de se compreender a diversidade que nos constitui, sendo, portanto, um objetivo que procura atingir uma perspectiva intercultural, embora essa intenção não tenha sido materializada no objetivo, através da palavra ‘intercultural’. A educação intercultural não pode limitar-se ao campo da educação indígena, como previu a LDB/1996 no seu Artigo 78. Os PCN do Ensino Fundamental (1998) já chamavam atenção para o papel da área de línguas estrangeiras diante da construção da cidadania (p.37), quando explicitaram que “a compreensão intercultural promove a aceitação das diferenças”, referindo-se “aos costumes e valores de outras culturas”. Aquele documento, escrito em 1998, já estava preocupado com uma educação intercultural, perspectiva que se faz cada vez mais urgente, embora, infelizmente, não se veja explicitada na BNC que estamos construindo.

O **quinto** repete o que já teria sido dito nos anteriores, em especial no primeiro, embora tenha trazido o aspecto crítico da produção e recepção de sentidos. Mas também é redundante, quando fala em “expressivos” e “comunicativos”. Afinal, trata-se da mesma coisa. Minha sugestão é eliminar o objetivo e levar o adjetivo “crítico” a outro objetivo.

O **sexto** repete um problema detectado em outros momentos do documento: o conceito de cultura no sentido de produção estética. Isso é redutor e equivocado. Minha sugestão é deixar claro que se fala de estética, de produção artística e não de cultura. Até porque, não se espera que a cultura (no seu sentido antropológico) seja “apreciada”. Muitas vezes o encontro entre culturas é conflituoso, gerando preconceitos ou rejeição, mas o trabalho da escola é exatamente dissolver ou abrandar essas dificuldades tão frequentes. Daí a vital importância do documento ser revisto em sua íntegra, imprimindo-lhe a perspectiva da interculturalidade, assim como a diferença entre cultura no seu sentido antropológico (formas de vida) e como produção estética.

2.2- Apresentação do componente para o qual está elaborando parecer.

. A estratégia de construir um texto de apresentação do componente para o qual está elaborando parecer, definindo objetivos gerais deste componente para a educação básica, é adequada e pertinente?

Minha resposta: quanto ao texto que se refere ao Ensino Fundamental, a Introdução é boa e introduz elementos importantes que, infelizmente, nem sempre foram privilegiados no item que se chamou de “objetivos de aprendizagem”, mas que eu entendo como “conteúdos / atividades” e que serão discutidos mais abaixo.

Quanto ao texto relativo ao Ensino Médio, observo que se acerta quando se fala em formação geral, abandonando-se a equivocada concepção de formação profissional ou pré-universitária

do ensino médio. Mas me preocupam as “cinco dimensões de atuação”, a que se refere o documento, onde se informa que estariam sendo contemplados os objetivos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012), que se referem às dimensões do **trabalho**, da **ciência**, da **tecnologia** e da **cultura** (p.161, entre muitas outras), como “Pressupostos e fundamentos para um Ensino Médio de qualidade social”.

No texto preliminar da BNC, as cinco dimensões que devem definir esse nível de aprendizagem seriam: 1) **a atividade político-cidadã**; 2) **o trabalho e seu impacto sobre a vida social**; 3) **a pesquisa e a continuação dos estudos**; 4) **a atuação nas culturas juvenis e adultas em interação**; 5) **a utilização das tecnologias e práticas culturais próprias do mundo contemporâneo**. Desse forma, os quatro núcleos propostos pelas Diretrizes foram contemplados (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), mas temo que o quarto (cultura) possa ter ficado fragilizado, devido à dispersão que recebeu. Observe-se que a cultura está associada à faixa etária (juvenil e adulta) e às tecnologias.

No meu ponto de vista, o documento deveria propor quatro princípios, focados em cada um dos pilares propostos pelas Diretrizes, além de entender a cultura como um pilar independente, assim como o são o trabalho, a ciência e a tecnologia. Minha proposta seria manter os princípios 2 e 3; eliminar o 1 e o 4; alterar o 5 e criar o que se refira à cultura.

Reorganizando as dimensões e associando-as às Diretrizes, minha proposta seria: 1) **o trabalho e seu impacto sobre a vida social** (trabalho); b) **a pesquisa e a continuação dos estudos** (ciência); c) **a utilização das tecnologias próprias do mundo contemporâneo** (tecnologia); d) **a compreensão e a aceitação das diferenças culturais** (cultura). Dessa forma, haveria um espelhamento entre a BNC e as Diretrizes, melhor orientando os professores que precisarão lidar com os dois documentos.

. O texto que apresenta o componente para o qual está elaborando parecer é claro quanto aos princípios que orientaram a organização dos objetivos de aprendizagem apresentados no documento preliminar?

Minha resposta: Estou tomando como referência o texto que começa na página 88 e que apresenta orientações próprias às línguas estrangeiras.

Começo ressaltando o aspecto positivo de se orientar o professor a promover vivências de “situações que envolvam **textos** na(s) língua(s) em estudo relevantes às suas vidas e à interação com pessoas de outras formações socioculturais e nacionalidades”. Propositalmente destaquei a palavra “textos”, pois é exatamente isso que se espera na educação básica. O texto e, conseqüentemente, o letramento são a base da formação de nossos alunos. É evidente que o conceito de texto precisa ser amplo, entendido como qualquer forma de materialização de sentido, através de linguagens variadas. Essa observação aclara uma possível interpretação equivocada quanto ao que se diz no parágrafo anterior, “aprender pelo uso e para o uso”, pois temo que ainda resida nas crenças de muitas pessoas, que o uso da língua estaria associado ao modelo Comunicativista que, no meu ponto de vista, e com base nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), não seria adequado à educação básica, quando deve predominar um modelo de aprendizagem próprio à formação cidadã dos aprendizes.

O segundo parágrafo ficaria ainda melhor se acrescentássemos a palavra “multicultural” ao lado de “plurilíngue”. Afinal, o estudante precisa “perceber-se parte integrante e ativa de um

mundo plurilíngue e multicultural”.

No terceiro parágrafo o texto de apresentação continua acertando, quando ressalta “as relações entre identidade, língua e cultura”, sugerindo uma aprendizagem de base intercultural, ainda que esse adjetivo não tenha sido utilizado.

É no quarto parágrafo que o texto assume seu olhar na perspectiva discursiva, rechaçando práticas gramaticalistas ou de repetição de frases descontextualizadas, ou seja, fora de textos que promovam situações reais de uso. Acerta-se, portanto, mais uma vez. No entanto, sugiro que se acrescentem as palavras “sonoros” e “multimodais”, ao lado das demais que categorizam os gêneros discursivos, que devem ser “orais, escritos, visuais, **sonoros, multimodais**, híbridos”.

Outro ponto muito positivo (sexto parágrafo) está no destaque que se dá ao direito das comunidades escolherem a língua estrangeira que queiram aprender e ensinar, conforme já previsto desde a LDB de 1996, mas que até o momento pouco se vê em funcionamento. E acerta mais ainda, quando observa que a continuidade dos estudos da língua escolhida é também um direito do estudante a ser garantido.

O sétimo parágrafo perde a oportunidade de incluir a palavra “sexualidade”, bastante ausente no documento, mas tão necessária na formação de nossos estudantes. Apenas discutindo o tema seremos capazes de diminuir o preconceito existente e tão responsável por atitudes violentas que se veem frequentemente nos meios de comunicação. É preciso derrubar o tabu e levar para a escola o temas das diferentes sexualidades, da mesma forma como desde os anos noventa a discussão sobre os gêneros ocupou os bancos de nossas escolas.

Nesse sentido, sugiro que se altere o texto para: “...estimular o respeito às diferenças culturais, sociais, de crenças, de gênero, de etnia e de **sexualidade**”. Da mesma forma, sugiro alteração nos modelos de textos que o documento sugere: “orais, escritos, espaço-visuais e híbridos” poderia ser substituído por “orais, escritos, visuais, **sonoros, multimodais** e híbridos”, produzindo-se um espelhamento com o que se acabou de dizer. Essa oscilação só confundirá o professor.

Passo a referir-me aos “campos de atuação”, observando inicialmente que não vejo possibilidades de diálogo entre esses campos e o temas integradores, sugeridos na primeira parte do documento.

Recordemos que o professor está orientado a trabalhar a partir de cinco temas integradores (**Consumo e educação financeira; Ética, direitos humanos e cidadania; Sustentabilidade; Tecnologias digitais; culturas africanas e indígenas**), mas nas línguas estrangeiras ele é convidado a estabelecer relações interdisciplinares com outros campos, muitíssimo mais abertos e próprios à formação da cidadania. Temo que mais uma vez o professor não saiba como conciliar esses recortes e acabe abandonando alguns. Isso para dizer que vejo como imprescindível a revisão dos temas integradores, que poderiam espelhar-se nos “campos de atuação”. Os campos propostos são muito relevantes, mas ficou o desafio de associá-los aos “objetivos de aprendizagem”, entendido por mim como “conteúdos ou atividades”, e que serão discutidos no item III.

. O texto que apresenta o componente para o qual está elaborando parecer contempla, de forma satisfatória, as transições ocorridas ao longo da educação básica: da educação infantil para o ensino fundamental, dos anos iniciais para os anos finais, dos anos finais ao ensino médio?

Minha resposta: O componente Língua Estrangeira só contempla o Ensino Fundamental (II) e o Ensino Médio, o que limita minha resposta a esses dois segmentos.

Embora venha a fazer alguns comentários no item relativo aos “objetivos de aprendizagem” (mais adiante nesse parecer), gostaria de observar que tanto o estudante do Ensino Fundamental como o do Ensino Médio precisam entender que a aprendizagem de uma língua estrangeira tem a mesma importância que qualquer componente curricular para sua formação. Algumas vezes me pareceu desnecessária a palavra “lúdico”, sobretudo porque ela vem sendo marcada de sentidos inapropriados ao compromisso da escola com a educação. Se essa palavra está relacionada a todos os componentes curriculares, não vejo problemas mais graves, mas se está focada na Língua Estrangeira, temo que possamos estar perpetuando a crença de que ‘não se aprende língua estrangeira na escola’, ainda que o sentido de ‘aprender’ esteja livre de tecnicismos.

. Os objetivos gerais previstos para o componente para o qual está elaborando parecer ao longo da educação básica são pertinentes?

Minha resposta: Façamos primeiramente dos objetivos relativos ao Ensino Fundamental.

Começo observando que o **sétimo** objetivo (Propiciar àqueles/as que apresentem ...) tem o foco no professor e não no aluno, como ocorre com os demais. Sugiro uniformização, focando sempre a atenção no aluno.

Quanto ao **primeiro** objetivo, ficou faltando a ‘escuta’. Deveria ser “dominar, progressivamente, a fala, a escuta, a leitura e a escrita”. Não sendo assim, o documento perde a oportunidade de destacar a importância da escola comprometer-se com a capacidade de ouvir, educando apenas para a expressão do estudante. O outro, o que fala (ou o que escreve), merece nossa atenção com a mesma intensidade.

O **segundo** objetivo (viver, refletir...) precisa ser revisto, pois há problemas de forma.

O **terceiro** objetivo parece específico de determinado componente (educação física?), o que não me parece adequado. Os adjetivos (corporal, estético etc) não devem compor objetivos de cunho geral à área, a não ser quando se privilegiam outros adjetivos que abranjam aos demais componentes.

O **quarto** categoriza as ‘manifestações culturais’, distribuindo-as entre ‘linguísticas, artísticas e corporais’. Mas confesso que não entendi o que seriam manifestações culturais linguísticas. As corporais e artísticas foi possível de identificar. Sugiro repensar se seria necessário apresentar os adjetivos entre parênteses ou buscar novo adjetivo que faça o professor/estudante compreender que a cultura se manifesta de diversas formas e sempre através de linguagens, onde se incluem a estética e a corporal.

O **oitavo** (e último) se vale de uma expressão que me parece equivocada: “intercâmbio cultural”. Afinal, essa palavra, no universo das línguas estrangeiras, costuma tomar um sentido de viagens, quando o artigo se preocupa com a ideia de “interação”, palavra mais livre de sentidos desgastados.

Quanto aos objetivos do **Ensino Médio**, tenho a fazer as seguintes observações:

O **primeiro** objetivo pode melhorar sua redação, acrescentando a perspectiva intercultural. A sugestão de redação seria: “Interagir em debates que envolvam a coletividade e a discussão dos interesses relativos à cidadania e à pluralidade **sociocultural**, de modo a desenvolver, gradativamente, a atuação crítica **e intercultural** nos processos de construção da realidade social”.

O **terceiro** deveria substituir ‘social’ por ‘sociocultural’ (realidades socioculturais), de forma a ser mais abrangente e explicar a intrínseca relação entre social e cultural.

No **quinto**, essa alteração também deveria ser feita (“esferas **socioculturais**”). Nesse mesmo artigo (quinto), é fundamental estender-se aos quatro pilares já trabalhados anteriormente: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Minha sugestão de redação para o objetivo seria: “produzir eventos de linguagem sintonizados com diversas esferas **socioculturais**, de forma crítica, desenvolvendo saberes que auxiliem na reflexão sobre fazeres e valores relacionados ao trabalho, ao estudo, **à tecnologia e à cultura**”.

O **sexto** artigo pode abranger a diversidade humana através do corpo, ressaltando não apenas a sua transformação, mas sua estética. Deveria-se referir à cor de pele, ao tipo de cabelo etc. Minha sugestão de redação seria: “Refletir sobre o corpo em transformação, **assim como a de cor de pele e tipo de cabelo**, em uma perspectiva de respeito e de valorização da diversidade humana”.

O **sétimo** artigo poderia melhorar sua redação, ressaltando o aspecto intercultural que se vê apenas intrinsecamente. Minha sugestão de redação seria: “Apropriar-se do patrimônio cultural, compreendendo **e aceitando** a diversidade das culturas brasileiras e estrangeiras, bem como **posicionando-se diante de práticas hegemônicas de disputas** e de legitimação de culturas que acontece, fundamentalmente, por via da linguagem”.

O **oitavo** e último objetivo deve incluir a dimensão cultural, mais uma vez ausente: “dimensões técnicas, críticas, éticas, estéticas e **culturais**”.

- Os objetivos gerais previstos para o componente para o qual está elaborando parecer se articulam aos objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa da educação básica?

Minha resposta: Não na medida do que se faz necessário. Meus argumentos para tal afirmativa serão visto no item abaixo.

III - SOBRE OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM PROPOSTOS PARA AS DIFERENTES ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aspectos importantes a serem abordados:

3.1- Organização/descrição dos objetivos de aprendizagem no componente para o qual está elaborando parecer.

Minha resposta: Começo observando os objetivos que se encontram nas páginas 92 e 93.

Ressalto a qualidade do documento ao conferir a competência do professor para selecionar os textos e os articular aos campos de atuação. Essa autonomia, no entanto, não poderá ser seguida se as especificações dos objetivos (páginas 94 e seguintes) se mantiverem no documento da forma como se apresentam.

Nunca é muito repetir que os documentos norteadores, produzidos pelo MEC, não podem inibir a autonomia do professor e nem negligenciar sua capacidade de criar e de adaptar-se às necessidades de seu entorno. Apenas ele e sua comunidade são capazes de definir o que lhes interessa. A Base Nacional Comum só deveria se ocupar de temas norteadores, mas nunca de conteúdos. No meu ponto de vista, essa posição é equivocada, e o documento ganharia se eliminasse as referidas páginas que, algumas vezes, têm valor prescritivo e contra producente. Feita essa observação, comento os objetivos das páginas 92 e 93.

O **primeiro**, “compreender e produzir textos orais e escritos na língua estrangeira”, precisa estender-se a outras modalidades, incluindo “**sonoros, visuais, multimodais**”. Esse procedimento deve ser uniformizado em todo documento. É fundamental que o professor entenda que o documento, ao falar de textos, estará contemplando outras modalidades, até para não ser contraditório.

Essa observação vale também para o **segundo**, onde se fala em “orais, escritos e híbridos”. Mas, independente de minha observação, ressalto a qualidade do segundo objetivo, que se refere a questões relevantes ao ensino de línguas estrangeiras.

O **terceiro**, além de incluir outras modalidades de textos, conforme já sugerido anteriormente, precisa substituir “adicional” por “estrangeira”. O mesmo deve ocorrer no **quinto** objetivo.

O **sexto** objetivo deveria incluir “multiculturalismo”, ao lado de “plurilinguismo”.

3.2- Adequação dos objetivos à etapa de escolarização para a qual são propostos.

3.3 -Progressão dos objetivos ao longo das etapas e entre etapas de escolarização .

3.4 - Redação dos objetivos (clareza e também adequação ao gênero).

Minha resposta: Considerando que os três itens se referem aos “objetivos de aprendizagem”, tomei a decisão de responde-los em conjunto para seguir o sequenciamento das páginas 94 em diante.

Ensino Fundamental:

6º. ano: o documento acerta quando começa com a definição do que se discutirá no início do componente: “**práticas da vida cotidiana**”. E, dentre as práticas, acerta com as perguntas que levam à discussão das identidades próprias e alheias: “quem sou eu e com quem convivo? Com que ideias eu me identifico? Como é o mundo em que eu vivo?”

No meu ponto de vista, isso seria suficiente, pois o que segue, mais atrapalha do que ajuda. E me explico, fazendo algumas perguntas: de que maneira o professor pode começar um componente apenas com “interações orais”? Não estaria previsto nenhum tipo de texto escrito? O estudante não teria acesso à língua escrita no início de seu curso? Isso me parece

um equívoco.

As modalidades são casadas e complementares entre si. Não vejo nenhuma possibilidade de organização de um curso por esse viés. Todos os gêneros e todas as linguagens podem conviver, independentemente do nível de aprendizagem da língua estrangeira. Minha primeira sugestão seria, portanto, definir a progressão pela complexidade que os textos selecionados possam ter no que se refere, inclusive, ao tamanho e ao nível da linguagem.

Outro problema que vejo está na definição de aspectos a serem trabalhados, inibindo ou apagando a autonomia do professor, que poderá ter selecionado algum texto que melhor discuta as questões que interessem ao contexto sociocultural no qual a escola se encontre, sem perder, evidentemente, o foco nas perguntas norteadoras e tão relevantes. É notório que saudações e cumprimentos fazem parte de todas as aulas, não sendo, portanto, necessário lembrar ao professor que ele precisa fazer isso e na ordem que a proposta oficial sugere.

Também não vejo como relevante que o professor precise ser lembrado que deva ensinar “ações no presente ou no passado”. Afinal, tempos verbais como o imperativo são muito recorrentes em interações orais, conforme sugeriu o objetivo. A tentativa de selecionar conteúdos gramaticais e lexicais é sempre infrutífera e incapaz de prever as interações reais que ocorrem nas salas de aula. Todo e qualquer esforço seria uma forma de engessar o ensino e inibir a autonomia do professor e de seus alunos.

As “práticas da vida cotidiana” para um estudante de 6º. ano podem estar para além de produzir calendários, biografias, agendas, convites receitas. Deixemos que os sujeitos envolvidos na aprendizagem da língua estrangeira definam o que lhes interesse produzir.

Com relação ao segundo campo, **“práticas investigativas”**, ressalto a qualidade da proposta do documento, sugerindo as perguntas norteadoras: “que línguas nós falamos? Que línguas circulam no lugar onde vivo? O que eu conheço dessas línguas?”. No entanto, talvez não tenha ficado clara a intenção que se tem. O que vejo escrito (“verificar e reconhecer a presença de marcas de diferentes línguas na comunidade...”; “reconhecer a existência de várias línguas no mundo...”; “reconhecer a ocorrência de vários sotaques do português e de outras línguas...”; “organizar palavras e expressões em outras línguas...”) me leva a perguntar se o documento não estaria tirando o foco da língua estrangeira que deve ensinar (inglês, espanhol, francês, italiano, alemão etc)?

É bem verdade que a proposta é bastante inovadora e relevante, pois quer discutir o preconceito linguístico, a variedade linguística e a hegemonia linguística e cultural, questões que devem sim ocupar os bancos da escola. Mas se observamos os itens elencados, apenas um fala em “língua estrangeira”. A interdisciplinaridade não estaria apagando a disciplinaridade? O caminho não deveria ser contrário? Onde estaria o saber disciplinar? Ao final da Unidade, os estudantes saberiam sobre as línguas estrangeiras que escolheram para aprender? No meu ponto de vista, perdeu-se o limite ou os itens não foram claros, pois pela minha compreensão, a língua meta será pouco visitada e, conseqüentemente, pouco aprendida.

Lembro, por fim, que a pergunta “Que línguas circulam no lugar onde vivo?”, sobretudo ela, sugere a conexão com a América latina, conforme sugeri no início desse Parecer. Afinal, em nosso continente se falam todas as línguas estrangeiras modernas previstas no documento.

No item **“práticas mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação”**, é tão evidente como se podem responder as perguntas orientadoras (“que recursos tecnológicos eu conheço? Quais eu uso e em que línguas? Eu posso aprender línguas pela internet?”), que o

documento ficou sem campo para formular orientações. O melhor teria sido manter apenas o campo de atuação e as respectivas perguntas. O mesmo deveria ser seguido em todos os demais itens.

Lamentavelmente, as **“práticas interculturais”**, **“práticas político-cidadãs”** e **“práticas do trabalho”** ficaram para o 7º ano, outra divisão com a qual não estou de acordo. Posso imaginar que a preocupação tenha sido o excesso de conteúdo para ser discutido em cada série, o que teria levado à divisão em dois blocos/ciclos. Sei também que a preocupação estava com a progressão do conhecimento, mas temo que não se tenha acertado. Esses campos precisam estar sempre presentes para a progressão do estudante. **O professor precisa saber que suas aulas devem abranger as práticas cotidianas, investigativas, tecnológicas, interculturais, político-cidadãs e do trabalho seja em que série for e na ordem que for.** Elas precisam estar contempladas e apenas ele (e seus alunos) podem definir quando estarão presentes nas interações de sala de aula. A progressão do conhecimento, como já exposto, deve seguir outro recorte, o da complexidade dos textos e das linguagens escolhidas. Temo que tanta especificidade mais confunda o professor do que o oriente, sem falar que inibe a sua autonomia, como tenho observado insistentemente.

7º ano: Nem preciso repetir o quanto é relevante o campo de atuação escolhido (“práticas interculturais”) e as perguntas orientadoras (“quem é o outro e o que nos une? Como compreendo o meu espaço e o espaço dos outros? O que a gente compartilha?”). No entanto, como responde-las apenas agora, quando o primeiro campo do 6º. ano (“práticas da vida cotidiana”) já havia perguntado “Quem sou eu e com quem vivo”?

Ora, não se pode falar do “eu” sem o “outro”. Em outras palavras, não podemos falar de nossas identidades sem que estejam implicadas as identidades de outros. As práticas interculturais precisam permear todas as demais práticas, pois elas são inerentes ao auto conhecimento e ao conhecimento do outro. Além dessa questão, o que o documento elencou como sugestões de conteúdos/atividades não condiz com as perguntas. Vejamos o que está proposto: “escutar textos de tradição oral (...) apreciando valores estéticos (...); ler textos literários (...) apreciando valores estéticos e compreendendo elementos culturais que se aproximam e se distinguem”; dizer textos em línguas estrangeiras (...) apropriando-se de recursos linguístico-discursivos (...)”.

Onde estariam as práticas interculturais? Aqui me parece que há uma confusão conceitual relevante. A interculturalidade deve ser entendida como uma perspectiva de ordem política e ideológica, que procura discutir as diferenças sociais e culturais que constituem os seres humanos, provocando posicionamentos de aceitação e de respeito ao que é diferente do ‘eu’. As práticas interculturais não podem ser entendidas como comparações entre línguas, textos ou linguagens. É muito mais do que isso. Minha sugestão é que esse item seja totalmente refeito ou, melhor ainda, manter-se apenas a proposta das perguntas norteadoras, sugestão já dada para os demais itens.

As **“práticas político-cidadãs”** sugerem três perguntas relevantes para a formação cidadã de nossos estudantes, mas ainda assim merecem alguns comentários. Para responder “quais são as regras de convivência em **casa**, na **escola** e na **comunidade**”, temo que o contexto sociocultural da língua estrangeira fique de fora. Onde está o conhecimento disciplinar? Mais uma vez a ordem fica invertida e o interdisciplinar inibe o conhecimento específico/disciplinar.

No meu ponto de vista, é através do conhecimento das práticas político-cidadãs, inerentes ao contexto da língua estrangeira meta, que o estudante é levado a refletir sobre o seu lugar (sua

casa, sua escola e sua comunidade). O caminho é inverso. O professor precisa ser orientado quanto a isso, pois da maneira como se apresenta a proposta, parece que ele precisará dar a conhecer apenas o local, quando é um professor de língua estrangeira. É evidente que só interessa conhecer a língua estrangeira, no âmbito da educação básica, para se conhecer o local, o nacional, mas o conhecimento disciplinar não pode ficar ausente. Não sendo assim, em lugar de língua estrangeira, o componente seria língua nacional/local.

Vale também observar que o local pode ser o continental, ou seja, América Latina. Como se vê não há harmonia entre as perguntas e os itens elencados como sugestões de atividades.

Ainda gostaria de observar que as propostas de atividades apresentadas nesse campo de atuação (“... respeito ao outro, modos de agir, de se vestir, de falar ...”) são, na verdade, de práticas interculturais, o que me leva a reforçar a ideia já exposta: **as práticas interculturais (entendidas como aceitação e respeito à diversidade sociocultural) precisam permear todos os campos. Não sendo assim, não haverá educação para a cidadania.**

Quanto às “**práticas de trabalho**”, o documento perde uma importante oportunidade para propor atividades que levassem à discussão das relações de trabalho existentes no mundo da língua estrangeira e nacional. Para uma formação cidadã, sinto falta que se discutam questões como igualdade dos gêneros na ocupação laboral; a valorização de todas as profissões; a ética na relação do trabalho; o trabalho escravo; o trabalho infantil etc. Os recortes não propiciam discussões de base política, como se um jovem do ensino fundamental não vivesse essas experiências em seus contextos. Nosso país tem comunidades muito pobres, onde esse documento será lido e seguido. A língua estrangeira como disciplina escolar não pode servir ao trabalho no seu sentido neoliberal, tão difundido nas crenças de muitas pessoas. Esse componente curricular precisa ser um aliado aos valores éticos e não econômicos. Só interessa aprender uma língua estrangeira se esse aprendizado me faz uma pessoa mais ética, mais responsável, mais respeitosa, mais compreensiva. Esse campo de atuação pode servir em muito para essa reflexão. Mas infelizmente, optou-se por uma proposta que alimenta o equívoco que se tem quanto ao papel das línguas estrangeiras como forma de aprendizagem.

8º. / 9º. anos: Todas as observações já feitas às séries anteriores, se pertinentes, devem ser utilizadas também aqui. Gostaria, no entanto, de fazer apenas alguns comentários.

Percebe-se que o 8º e 9º. anos apresentam propostas mais abrangentes, diminuindo-se, portanto, o aspecto mais prescritivo que esteve presente nas séries anteriores. Observo, por exemplo, a proposta de “**práticas investigativas**”, referente ao 8º. ano, quando a língua estrangeira está no foco, como tem que ser: “reconhecer diferentes variedades da língua estrangeira...”. Aqui sim vejo relevância na investigação, pois estaria cumprindo com o conhecimento disciplinar, ainda que o estudante precise “ampliar o conhecimento entre variedades linguísticas, identidades e pertencimentos”.

As sugestões dadas para as “**práticas mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação**” também estão mais adequadas. Da mesma forma, as “**práticas interculturais**”, referentes ao 9º. ano, estão adequadas e revelam, de fato, o que se propõe nesse campo de atuação.

Em “**práticas político-cidadãs**”, aparecem termos nucleadores essenciais à formação da cidadania, conforme “consumo”, “ética”, “desenvolvimento”, caracterizando-se por uma proposta mais ampla e menos prescritiva. Mesmo nas “**práticas de trabalho**”, referentes ao 9º.

ano, a perspectiva intercultural não esteve ausente, conforme me parece adequado. A partir dessa proposta, o estudante estaria sendo convidado a pensar em “valores” e “responsabilidades” no campo do trabalho.

Essas observações me levam a concluir que a proposta do 8º. e 9º. anos estão mais coerentes com o que deve conter um documento oficial que não pretende ser prescritivo e nem limitador.

Ensino Médio

Percebi que os campos de atuação foram distribuídos ao longo dos três anos do ensino médio, cumprindo-se a proposta de ciclos já anunciada. Entendo que essa decisão se deve à carga horária limitada e ao desejo de se estabelecer um sequenciamento progressivo que se pautasse em temas e não em conteúdos. Isso me pareceu muito interessante.

Com relação ao **1º. ano**, acertadamente, as perguntas que orientam o campo de atuação **“práticas da vida cotidiana”** trazem questões apropriadas aos alunos do ensino médio, sem que haja a preocupação com delimitação de conteúdos. Observo que as propostas encerram a perspectiva intercultural, independentemente de estar no campo de “práticas interculturais”. **Mais uma vez se confirma que a perspectiva intercultural não pode estar ausente de uma educação para a cidadania que, em outras palavras, é a educação intercultural.** Insisto que se repense o lugar que essa perspectiva tomou no documento, onde se percebem propostas de práticas, mas não se assume, como se deveria, que esta seria a base filosófico-ideológica-educativa do documento. Pelo menos nos itens gerais e introdutórios do documento. Nunca é demais lembrar que a perspectiva intercultural para a educação não pode limitar-se ao componente Língua Estrangeira e nem ao Ensino Médio.

As **“práticas interculturais”** estão corretas, da forma como foram propostas, mas observe-se que elas poderiam ser adequadas a qualquer série e em qualquer campo de atuação, desde que a complexidade do texto e da linguagem utilizada fossem apropriados aos alunos a que se destinassem. Nesse sentido, embora possa parecer que estou criticando o aspecto generalizante da proposta, sugiro que se possa reduzir o número de itens de atividades, juntando-se as diferentes séries. O que mais importa, no meu ponto de vista, não é a especificidade de cada série, mas o grau de complexidade como é tratado. Talvez uma solução fosse rever o formato dos “objetivos de aprendizagem” e, em lugar de apresentá-los por seriação, apresentá-los por campos de atuação, deixando que o professor, empoderadamente, selecionasse seu material e, conseqüentemente, o conteúdo a ser desenvolvido.

Em **“práticas político-cidadãs” (2º. ano)**, sugiro apenas a introdução do adjetivo “sociocultural” para “diversidade” e “mudanças”. Melhor ainda, se entre parênteses se categorizasse essa diversidade, tal como: (de gêneros, etnias, sexualidades, religiões etc), sem nunca deixar as menos recorrentes, e tão urgentes, de fora.

Também estão apropriadas as sugestões referentes às **“práticas de trabalho” (3º. ano)**, quando se fala em “valorização de profissões”, “postura ética”, “expectativa de trabalho”, “demandas de trabalho”, levando-se o olhar do estudante para a diversidade cultural (“diferentes culturas”), imprimindo-se, mais uma vez, a perspectiva intercultural.

As **“práticas investigativas”** também estão coerentes com o papel que o componente Língua Estrangeira precisa cumprir na educação básica. Afinal, embora o ensino médio não possa

perder o foco na formação geral do estudante, precisa possibilitar a continuação dos estudos universitários, onde as práticas investigativas são recorrentes. Percebo e avalio como positiva a preocupação com a leitura de textos acadêmicos, com a assistência a palestras, com a produção de resumos, resenhas ou projetos.

Em resumo, percebe-se uma significativa diferença entre a forma como os “Objetivos de Aprendizagem” são encaminhados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Essa diferença também se vê entre as duas primeiras séries do Ensino Fundamental e as duas seguintes. Ainda que reconheça a necessidade do sequenciamento progressivo, essas diferenças são contribuíram para a qualidade do documento e minha sugestão é que se tome o modelo do Ensino Médio, por ser mais abrangente e menos prescritivo.

IV – OUTROS ASPECTOS QUE CONSIDERAR RELEVANTES

Em resumo, elenco abaixo os aspectos mais relevantes de minha avaliação como parecerista da BNC, ressaltando com alegria o meu direito a opinar, o respeito que os colegas autores merecem e o desejo de que, ao fim e ao cabo, a sociedade brasileira receba um documento comprometido com uma educação para a cidadania ou intercultural.

1. Entender a BNC como um documento que se inclui não só em território nacional, mas que se estende à América Latina, expandindo nosso espaço de pertencimento sociocultural.
2. Ficar atento ao papel de todos os componentes curriculares com relação ao letramento dos estudantes, lembrando que essa competência não é exclusiva da área de Linguagens.
3. Rever o conceito de Cultura, imprimindo-lhe o sentido utilizado nas Ciências sociais e humanas, como formas de vida. Da maneira como se apresenta, cultura se associa mais ao campo estético.
4. Considerar a perspectiva intercultural como base filosófica, política e educacional do documento. Percebe-se ao longo do texto diversas inferências dessa adoção, mas em poucos momentos se explicita um discurso que fale de uma educação intercultural, ainda que antigos documentos que regem a educação nacional, conforme os PCN (1998) já se valessem dessa concepção.
5. Não perder a oportunidade de incluir as sexualidades ao discutir a diversidade sociocultural, tema ausente em todo documento, embora seja tão urgente e necessário ao abrandamento do preconceito que há em boa parte de nosso país.
6. Rever os temas integradores sugeridos para todos os componentes, pois são limitadores e reforçam a disciplinaridade, quando a ideia é exatamente ser interdisciplinar.
7. Rever o duplo sentido que a palavra “objetivos” acabou ganhando no documento, reservando-a apenas para o que de fato são metas a serem cumpridas.
8. Os chamados “objetivos de aprendizagem” devem ser eliminados ou refeitos, pois em

alguns momentos tomou um tom prescritivo e redutor, que inibe ou impede a autonomia do professor e de seus estudantes, sujeitos diretamente responsáveis pela aprendizagem.

Salvador, 25 de janeiro de 2016.



Marcia Paraquett